

EFETIVIDADE DO DIREITO DE PODER E SEUS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Wanessa Rezende Silva

Faculdade Mauá-GO. Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (DF).

<http://lattes.cnpq.br/1625012630842134>

<https://orcid.org/0009-0004-2956-6646>

E-mail: rezendewanessasilva@gmail.com

Lucas da Silva Chaves Amaral

Faculdade Mauá-GO. Mestrando em Políticas Públicas, Processo Civil, Processo Penal e Controle Penal.

<http://lattes.cnpq.br/4976675952658832>

<https://orcid.org/0009-0001-8029-9246>

E-mail: adv.lucassilva@gmail.com

Luís Antônio Santos Cardos

Faculdade Mauá-GO. Graduando em Direito.

<https://orcid.org/0009-0006-5624-5076>

E-mail: lotosfoise@gmail.com

Maylon Barreto De Sousa Gomes

Faculdade Mauá-GO. Graduando em Direito.

<https://orcid.org/0009-0001-0964-1248>

E-mail: barretomaylon98@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-19>

RESUMO: A pesquisa aborda a complexidade do exercício do poder em uma sociedade, considerando suas implicações e impactos nos âmbitos sociais, políticos e econômicos. O foco está em compreender como o direito de poder é efetivamente exercido, as formas de manifestação do poder, e os mecanismos que o legitimam. O trabalho tem como objetivo geral analisar os mecanismos de exercício e legitimação do poder em diferentes contextos sociais e políticos, bem como seus impactos na coesão social, estabilidade política e desenvolvimento econômico de uma sociedade. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que visa reunir, analisar e sintetizar o conhecimento existente em relação a um determinado tema, utilizando fontes bibliográficas como base. Concluiu-se, portanto, que o poder é uma força complexa que permeia diversas esferas da vida social, incluindo o político, econômico e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Legitimidade. Sociedade. Impacto Social.

THE EFFECTIVENESS OF POWER LAW AND ITS IMPACTS ON SOCIETY

ABSTRACT: The research addresses the complexity of exercising power in a society, considering its implications and impacts in social, political, and economic realms. The focus is on understanding how the power law is effectively exercised, the forms of power manifestation, and the mechanisms that legitimize it. The general objective of the study is to analyze the mechanisms of exercising and legitimizing power in different social and political contexts, as well as its impacts on social cohesion, political stability, and economic development of a society. This study is a bibliographic research, aiming to gather, analyze, and synthesize existing knowledge on a specific topic, using bibliographic sources as its basis. It is concluded, therefore, that power is a complex force

that permeates various spheres of social life, including the political, economic, and cultural.

KEYWORDS: Power. Legitimacy. Society. Social Impact.

INTRODUÇÃO

A efetividade do direito de poder é um tema complexo e multifacetado que tem sido objeto de discussão em diversos campos do conhecimento, incluindo o direito, a política, a sociologia e a filosofia. Esta pesquisa se propõe a analisar os diferentes aspectos que envolvem o exercício do poder dentro de uma sociedade, considerando suas implicações e impactos.

No cerne desta investigação, está a ideia básica de compreender como o direito de poder é efetivamente exercido e como isso influencia a dinâmica social, política e econômica de uma comunidade.

Pretende-se delimitar o foco da pesquisa explorando as diferentes formas de manifestação do poder, os mecanismos institucionais e sociais que o legitimam e as consequências que ele acarreta para os diversos grupos e estratos da sociedade.

Este tema se insere no contexto geral da área de ciências sociais e humanas, uma vez que o exercício do poder é uma questão central na compreensão das dinâmicas sociais e das relações de poder que permeiam as estruturas sociais.

A escolha deste tema foi motivada pelo interesse em compreender as relações de poder e suas implicações para a organização e funcionamento das sociedades contemporâneas.

A hipótese subjacente ao tema é a maneira como o poder é exercido e legitimado pode influenciar diretamente a coesão social, a estabilidade política e o desenvolvimento econômico de uma sociedade. Mais especificamente, sugere-se que regimes democráticos, onde o poder é exercido de forma transparente, responsável e com base no consentimento popular, tendem a promover uma maior equidade social, participação cívica e respeito pelos direitos humanos, em comparação com regimes autoritários ou ditatoriais.

Logo, combinando essas análises com as pesquisas encontradas, o presente trabalho

busca responder à seguinte pergunta: Como o exercício e a legitimidade do poder impactam a coesão social, a estabilidade política e o desenvolvimento econômico de uma sociedade? Portanto, o objeto de análise desta pesquisa será o exercício do direito de poder em suas diversas formas e manifestações, buscando identificar os mecanismos e processos que o legitimam, bem como os impactos que ele gera na sociedade.

O trabalho tem como objetivo geral analisar os mecanismos de exercício e legitimação do poder em diferentes contextos sociais e políticos, bem como seus impactos na coesão social, estabilidade política e desenvolvimento econômico de uma sociedade. Os objetivos específicos incluem: identificar as diferentes formas de exercício do poder em uma sociedade, analisar os mecanismos institucionais e sociais que legitimam o exercício do poder e avaliar os impactos do exercício do poder na dinâmica social, política e econômica de uma comunidade.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi elaborado um instrumento de pesquisa, no qual se encontram reunidas e organizadas, além de dados biográficos e documentais. Portanto, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que visa reunir, analisar e sintetizar o conhecimento existente em relação a um determinado tema, utilizando fontes bibliográficas como base, revisando e analisando críticas de trabalhos já publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exercício do poder é uma dinâmica complexa que permeia diversas esferas da vida social. Em primeiro lugar, o poder político se manifesta nas estruturas de governo e nas instituições que regulam a sociedade. É expresso através da tomada de decisões, formulação de políticas e controle dos recursos públicos, influenciando diretamente a vida dos cidadãos. Esse tipo de poder é muitas vezes caracterizado pela autoridade legal e pelo uso legítimo da coerção para garantir a conformidade com as leis e regulamentos (Lebrun, 1985).

O autor, em sua pesquisa, acrescenta que além do poder político, o poder econômico desempenha um papel significativo nas relações sociais. Empresas, corporações e indivíduos influentes acumulam riqueza e recursos que lhes conferem influência sobre a economia e a sociedade em geral. Esse poder se manifesta na capacidade de controlar os meios de produção, determinar os preços, influenciar políticas governamentais e moldar as condições de trabalho e distribuição de renda.

Por fim, Lebrun (1985) afirma que o poder cultural é exercido através da disseminação de valores, normas e ideologias que moldam a percepção coletiva e individual da realidade. Mídias de comunicação, instituições educacionais, figuras de autoridade e influenciadores culturais desempenham um papel fundamental na criação e reprodução de narrativas que legitimam certas formas de pensar, agir e se relacionar. Esse tipo de poder influencia as identidades coletivas e individuais, moldando o comportamento e as aspirações das pessoas dentro da sociedade.

Esses resultados obtidos revelaram uma variedade de formas de exercício do poder dentro da sociedade, incluindo poder político, econômico, social e cultural. Essas diferentes formas de poder foram identificadas em diferentes contextos e instituições, desde o governo e as corporações até as interações cotidianas entre indivíduos.

Nogueira (2008) destaca que os mecanismos de legitimação do poder desempenham um papel crucial na manutenção das estruturas de autoridade em uma sociedade. A legitimidade pode ser conferida pela tradição e história, onde as instituições e líderes são aceitos devido à sua posição hereditária ou conexão com valores culturais compartilhados, comuns em sociedades onde as hierarquias tradicionais têm um papel significativo.

Além disso, a legitimidade pode ser baseada na legalidade e no cumprimento das leis estabelecidas, conferindo ao poder uma base sólida de aceitação e respeito. Quando o exercício do poder está alinhado com os princípios e procedimentos legais definidos, é considerado legítimo pelos cidadãos, garantindo a estabilidade das instituições. Por fim, Nogueira menciona que a legitimação do poder pode ser obtida através do consentimento e apoio popular, especialmente quando os governantes são eleitos democraticamente e representam os interesses do povo, resultando em um governo mais estável e resistente a contestações (Nogueira, 2008).

Portanto, a pesquisa do autor foi eficiente, pois identificou os principais mecanismos e processos que legitimam o exercício do poder em uma sociedade. Isso incluiu a análise de instituições políticas, sistemas jurídicos, normas sociais e culturais que conferem autoridade e legitimidade aos detentores do poder.

Paralelo a isso, o exercício do poder tem impactos sociais profundos e diversos, que influenciam diretamente as relações sociais e a estrutura da sociedade. Regimes autoritários tendem a restringir as liberdades individuais e políticas, levando à polarização social, desconfiança nas instituições e violações dos direitos humanos. Em termos políticos, o poder molda o funcionamento das instituições democráticas e a distribuição de influência entre diferentes grupos políticos, podendo minar os princípios democráticos e a representação política (Bourdieu, 2003).

O autor também cita que em termos econômicos, o exercício do poder influencia diretamente a distribuição de recursos e oportunidades na sociedade. Políticas econômicas que favorecem determinados grupos podem levar à concentração de riqueza e à marginalização de certos segmentos da população, enquanto a corrupção e a falta de transparência prejudicam o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, políticas que promovem a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo aos recursos contribuem para uma economia mais estável e inclusiva.

Os resultados do autor também destacaram os impactos do exercício do poder na dinâmica social, política e econômica da sociedade. Isso incluiu a análise dos efeitos do poder na distribuição de recursos, na tomada de decisões políticas, na estratificação social e na perpetuação de desigualdades.

Abranches (2017) fala que o exercício do poder na sociedade frequentemente enfrenta uma série de desafios e conflitos que refletem as complexidades das dinâmicas sociais e políticas. Um dos principais desafios é a luta pelo poder entre diferentes grupos e indivíduos, que pode resultar em conflitos políticos e sociais. Esses conflitos podem surgir devido a divergências ideológicas, interesses econômicos ou disputas pelo controle de recursos e instituições. Essa competição pelo poder muitas vezes leva a tensões e confrontos, que podem ameaçar a estabilidade e a coesão social.

Além disso, o exercício do poder muitas vezes enfrenta o desafio da legitimidade e

da representatividade. Quando as instituições e líderes não são percebidos como legítimos pelo público, seja devido a práticas corruptas, falta de transparência ou violações dos direitos humanos, surgem descontentamento e resistência por parte da população. Isso pode levar a protestos, manifestações e até mesmo rebeliões populares, que buscam desafiar e contestar o status quo e exigir mudanças no sistema de poder existente (Abranches, 2017).

Outro desafio significativo mencionado pelo autor está relacionado à garantia dos direitos individuais e coletivos em face do exercício do poder. Regimes autoritários muitas vezes reprimem as liberdades civis e políticas, violando os direitos humanos básicos dos cidadãos em nome da estabilidade e segurança do Estado.

Essa restrição de direitos pode gerar ressentimento e resistência por parte da sociedade civil, que luta para proteger e promover seus direitos fundamentais. Assim, os desafios e conflitos associados ao exercício do poder na sociedade destacam a necessidade de uma governança responsável, inclusiva e baseada no respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais.

Logo, é notório identificar uma série de desafios e conflitos associados ao exercício do poder na sociedade, incluindo resistência, contestação e conflito de interesses. Esses desafios foram analisados em relação aos mecanismos de controle e regulação do poder, bem como às estratégias de resistência e mudança social.

Larval e Dardot (2016) afirmam que as perspectivas teóricas e abordagens analíticas para estudar o exercício do poder na sociedade são diversas e abrangentes. Uma das principais perspectivas teóricas é a abordagem pluralista, que sugere que o poder é distribuído entre diferentes grupos e instituições na sociedade, cada um exercendo influência de acordo com seus interesses e recursos. Sob essa ótica, o poder é visto como fragmentado e dinâmico, sujeito a negociações e conflitos constantes entre os diversos atores sociais.

Por outro lado, o autor acrescenta que a abordagem marxista enfatiza as relações de classe como a principal fonte de poder na sociedade. De acordo com essa perspectiva, o poder é exercido pela classe dominante para manter sua posição privilegiada e explorar os trabalhadores. Assim, as instituições políticas, econômicas e culturais são vistas como

instrumentos de dominação das classes dominantes sobre as classes oprimidas.

Além disso, abordagens interdisciplinares, que combinam insights da sociologia, ciência política, economia e outras disciplinas, têm ganhado destaque na análise do poder na sociedade contemporânea. Essas abordagens buscam compreender o poder em sua complexidade, considerando não apenas suas dimensões políticas e econômicas, mas também culturais, simbólicas e psicológicas. Ao integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, essas abordagens fornecem uma compreensão mais abrangente e holística do fenômeno do poder e seus impactos na sociedade.

Por fim, esses resultados dos autores Larval e Dardot (2016) destacaram a importância de diferentes perspectivas teóricas e abordagens analíticas para compreender a efetividade do direito de poder e seus impactos na sociedade. Isso incluiu a aplicação de teorias sociológicas, políticas, econômicas e filosóficas para analisar o poder em suas múltiplas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção constitucional dos direitos fundamentais, como as horas de trabalho dentro dos parâmetros legais, é crucial para garantir condições justas para todos os cidadãos. Além disso, a referência ao Êxodo da história passada e à trajetória de conquistas até os benefícios atuais para os trabalhadores ilustra a evolução e as lutas que moldaram o panorama dos direitos humanos.

A referência à escravidão e à busca pela liberdade também destaca a importância de reconhecer o impacto histórico na construção dos princípios jurídicos atuais. A liberdade, integridade e proteção constitucional à vida digna são realmente objetivos fundamentais que refletem as lutas e conquistas do passado.

O poder é uma força complexa que permeia diversas esferas da vida social, incluindo o político, econômico e cultural. O poder político se manifesta nas estruturas de governo e instituições reguladoras, influenciando a vida dos cidadãos através da tomada de decisões, formulação de políticas e controle de recursos públicos. Já o poder econômico é exercido por empresas, corporações e indivíduos influentes que acumulam riqueza e recursos, conferindo-lhes influência sobre a economia e a sociedade em geral.

Por fim, o poder cultural se manifesta na disseminação de valores, normas e ideologias que moldam a percepção coletiva e individual da realidade, influenciando as identidades e comportamentos das pessoas dentro da sociedade. Cada forma de poder desempenha um papel significativo nas relações sociais e no funcionamento da sociedade.

É essencial reconhecer a complexidade dessas questões e continuar buscando maneiras de promover uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Suas reflexões trazem à tona a importância de compreender o contexto histórico e constitucional para avançar em direção a uma realidade mais inclusiva e respeitosa aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10, jun. 2024;

ABRANCHES, S. **3º Ciclo de conferências – os papéis dos poderes: o atual presidencialismo de coalizão**. Academia Brasileira de Letras. Coordenador: Acadêmico e jornalista Merval Pereira. Disponível em: <Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OMqppAreWZg> >. Acesso em: 22 mar. 2024;

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2003;

LAVAL, C. DARDOT, P. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016;

LEBRUN, G. **O que é o poder**. São Paulo: Brasiliense, 1985;

NOGUEIRA, M. A. **Potência, limites e seduções do poder**. São Paulo: Unesp, 2008;

MACHADO, Diego Pereira. **Direitos humanos**. 3. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

GARCIA, Emerson. **Proteção Internacional dos Direitos Humanos: breves reflexões sobre os sistemas convencional e não convencional**. São Paulo: Atlas, 2015.

Submissão: fevereiro de 2024. Aceite: março de 2024. Publicação: agosto de 2024.